



## REPRESENTAÇÃO MINISTERIAL Nº 001/2024 – PROC\_PTM

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, por intermédio do Procurador *in fine* subscrito, no exercício das prerrogativas disciplinadas por via do art. 3º, I, da Lei Complementar Estadual nº 178/2000<sup>1</sup> e do art. 81, V, da Lei Complementar Estadual nº 464/2012<sup>2</sup>, vem, perante o Excelentíssimo Senhor Conselheiro relator do Município de Pureza/RN, oferecer a presente **REPRESENTAÇÃO PARA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE** imputável ao Prefeito Municipal de Pureza/RN, João da Fonseca Moura Neto, em virtude do contumaz descumprimento da requisição documental que lhe foi anteriormente endereçada por este Órgão Ministerial, nos termos do circunstancial de fato e de direito a seguir delineado.

### I – FUNDAMENTAÇÃO FÁTICO-JURÍDICA

Esclareça-se, introdutoriamente, que o agente público ora representado foi objeto de uma **requisição documental** expedida pelo autor desta representação para fins de obtenção de múltiplos dados informativos acerca do atual estado de coisas relativo à terceirização de pessoal no âmbito da Prefeitura Municipal de Pureza/RN (**Ofício nº 001/2024 em Anexo**), os quais, por sua vez, mostravam-se imprescindíveis ao pleno exercício das competências controladoras próprias ao Ministério Público de Contas.

Tratou-se, aqui, do regular exercício de uma **competência requisitória** inequivocamente extraível da interpretação associada entre o art. 3º, parágrafo único, da

---

<sup>1</sup> Art. 3º. **Compete ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas**, no exercício de sua função institucional: **I - promover a defesa da ordem jurídica, a que se restringe a jurisdição do Tribunal de Contas**, requerendo perante ele, as medidas de interesse da Justiça, da Administração e da Fazenda Pública;

<sup>2</sup> Art. 81. Têm **legitimidade para representar** ao Tribunal: (...) V - os membros do **Ministério Público junto ao Tribunal**;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Lei Complementar Estadual nº 178/2000 e do art. 31 da Lei Complementar Estadual nº 464/2012, *in verbis*:

*LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 178/2000*

Art. 3º (...). Parágrafo único. Os órgãos da administração direta ou indireta do Estado e dos Municípios, bem como as demais entidades, de direito público ou privado, que administrem ou apliquem dinheiros públicos, **são obrigados a atender as requisições do Ministério Público junto ao Tribunal** necessárias ao desempenho de suas atribuições e a **lhe exibirem, para o mesmo fim, seus livros e registros.** –Grifos intencionais

*LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 464/2012*

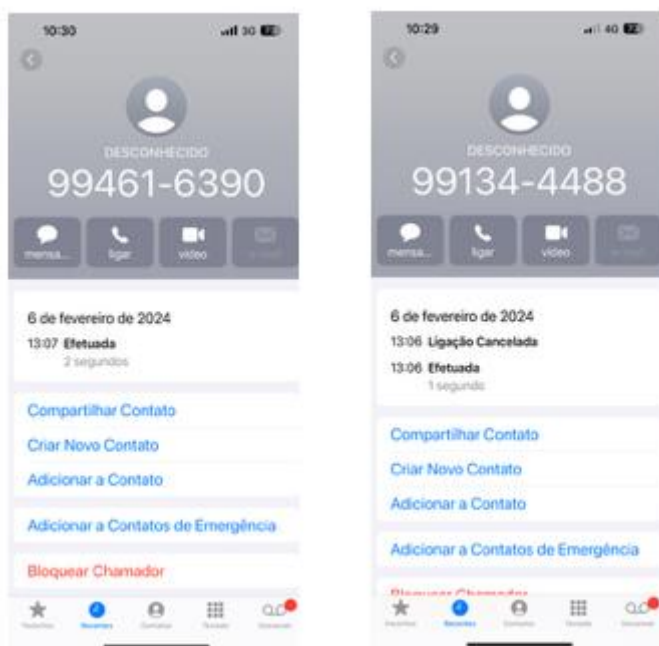
Art. 31. Os órgãos da administração direta e indireta do Estado e dos **Municípios**, bemcomo as demais entidades, de direito público ou privado, que administrem ou apliquem dinheiros públicos, **são obrigados a atender as requisições do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas** necessárias ao desempenho de suas atribuições e a **lhe exibirem, para o mesmo fim, seus livros e registros.** – Grifos intencionais.

Não obstante incumbisse *in casu* ao Prefeito Municipal de Pureza/RN o dever jurídico de atender à requisição ministerial em tela dentro do **prazo máximo de 10 (dez) dias** explicitado no correlato Ofício requisitorio (**Ofício em Anexo**) ou, no mínimo, no mesmo lapso, de vir a motivadamente justificar a eventual impossibilidade de fazê-lo, constata-se que as informações inicialmente requisitadas vêm sendo continuamente sonegadas desde o **exaurimento**, na data de **04/03/2024**, do já referenciado termo final, conforme atesta a seguinte cronologia fática:

1. **No dia 06/02/2024** a assessoria do Procurador Thiago Martins Guterres realizou várias tentativas de comunicação com a Prefeitura Municipal de Pureza/RN por meio dos telefones fornecidos no *site* oficial da própria Prefeitura (<http://pureza.rn.gov.br/chefia-de-gabinete-do-prefeito/>): 99461-6390 e 99134-4488, conforme fotos do registro abaixo:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**



2. No dia 07/02/2024, após novas tentativas telefônicas sem sucesso (os números de telefones não atendiam), a assessoria do Procurador Thiago Martins Guterres encaminhou um e-mail para a Chefe de Gabinete da Prefeitura de Pureza/RN (<http://pureza.rn.gov.br/chefia-de-gabinete-do-prefeito/>), não havendo, mais uma vez, obtido retorno. Segue imagem abaixo:

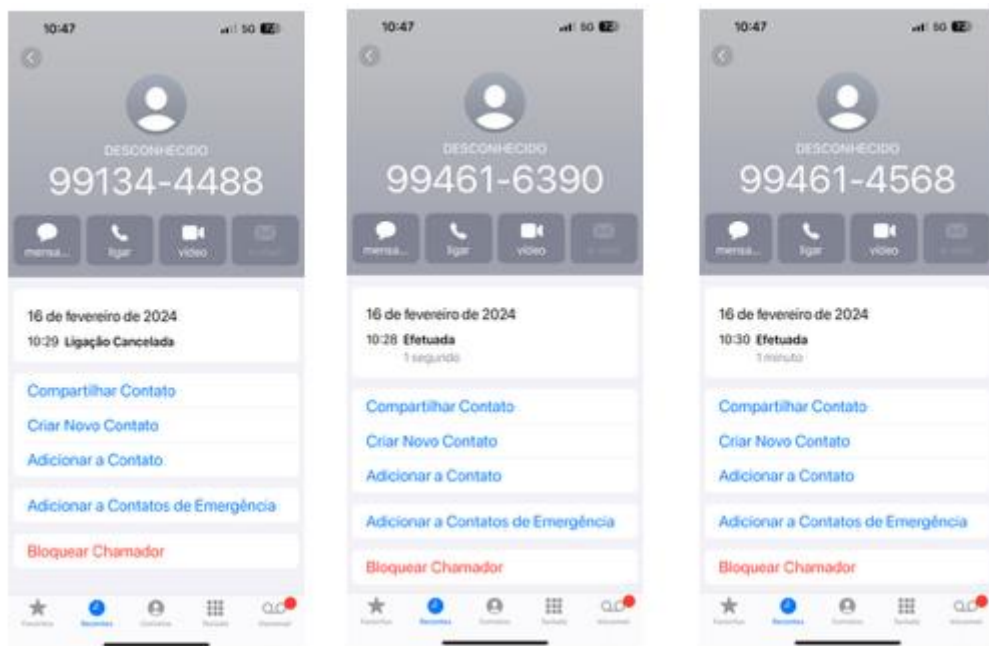


3. No dia 16/02/2024, após novas tentativas infrutíferas de contato telefônico, a assessoria do Procurador Thiago Martins Guterres



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

efetuou contato com o Sr. **Elionaldo Ângelo da Silva**, Secretário Municipal de Administração, por intermédio do número de telefone **99461-4568** (número que também consta no *site* oficial do município de Pureza/RN), o qual, por sua vez, forneceu um novo e-mail como forma de possibilitar a comunicação com o Prefeito de Pureza/RN ([adm.purezarn@gmail.com](mailto:adm.purezarn@gmail.com)). **No mesmo dia**, foi finalmente encaminhado o e-mail contendo o Ofício requisitório do Procurador Thiago Martins Guterres direcionado ao Prefeito Municipal de Pureza/RN, **com confirmação de recebimento**, conforme *print* abaixo:



De: "adm purezarn" <[adm.purezarn@gmail.com](mailto:adm.purezarn@gmail.com)>  
Para: "Larissa Nayana Costa de Oliveira Frazão" <[larissafrazao@tce.rn.gov.br](mailto:larissafrazao@tce.rn.gov.br)>  
Enviadas: Sexta-feira, 16 de fevereiro de 2024 11:46:37  
Assunto: Re: Ofício do MPCJTCE

recebido

Em **sex., 16 de fev. de 2024** às 10:39, Larissa Nayana Costa de Oliveira Frazão <[larissafrazao@tce.rn.gov.br](mailto:larissafrazao@tce.rn.gov.br)> escreveu:  
Bom dia.  
  
Me chamo Larissa e sou assessora jurídica do Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, Thiago Martins Guterres.  
  
Venho através desse, encaminhar ofício do Procurador Thiago Guterres ao Prefeito Municipal de Pureza (segue anexo).  
  
Por favor, solicito que seja confirmado o recebimento do referido documento.  
  
Fico a disposição para qualquer esclarecimento através desse e-mail, ou ainda pelo telefone 3642-7310.  
  
Larissa Frazão

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PUREZA**

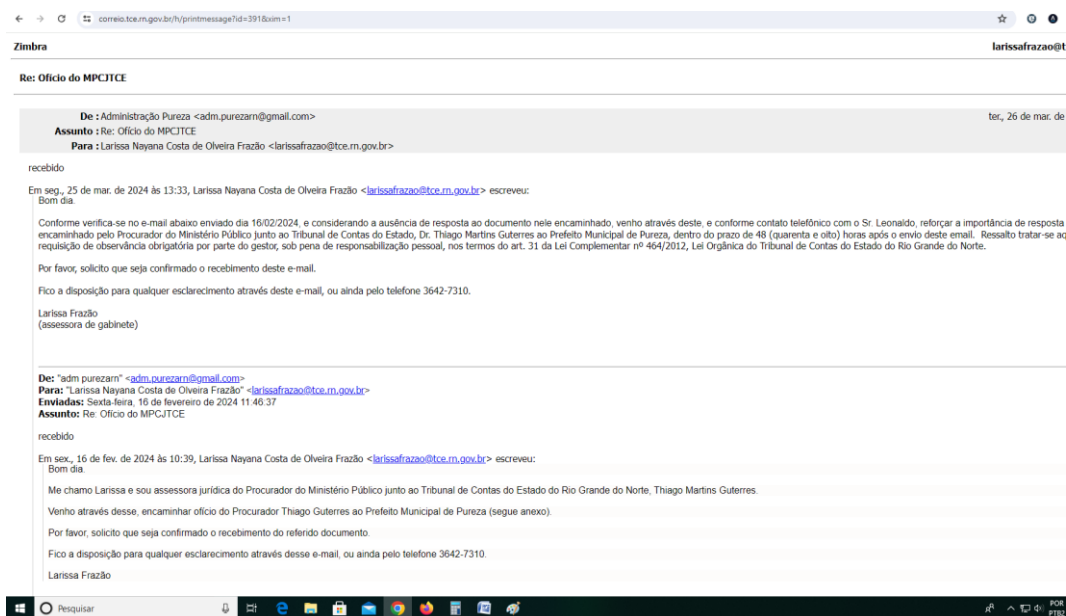
Praça 5 de Abril, nº 180 – Centro – CEP 59582-000

C.N.P.J nº 08.290.223/0001-42 - EMAIL: [adm.purezarn@gmail.com](mailto:adm.purezarn@gmail.com)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

4. Posteriormente ao **esgotamento do prazo de resposta, na data de 04/03/2024**, sem qualquer retorno por parte do Prefeito Municipal de Pureza/RN, a assessoria do Procurador Thiago Martins Guterres efetuou mais um contato telefônico com o Sr. Eleonaldo no dia **25/03/2024**, havendo, nesta ocasião, reiterado por via de e-mail a requisição inicialmente descumprida, nos termos expostos abaixo:



Sopesando-se, enfim, que, até a data da presente representação ministerial, a **incúria** do Prefeito Municipal de Pureza/RN, João da Fonseca Moura Neto, ante as providências e esclarecimentos que lhe foram originariamente requisitados **permanece inalterada**, revela-se imprescindível que esta Corte de Contas acolha a representação em realce para fins de imediata instauração do **procedimento autônomo de apuração de responsabilidade**, tendo por alvo, sobretudo, a convergência entre a sua conduta irregular e a hipótese de incidência da **sanção de multa** disciplinada no art. 107, II, *e e f*, da Lei Complementar Estadual nº 464/2012<sup>3</sup>.

## **II - REQUERIMENTO**

Em sendo assim, requer-se que o Conselheiro competente à relatoria dos processos de contas atinentes ao Município de Pureza/RN **DEFIRA** as seguintes medidas:

- a) **INSTAURAÇÃO** do procedimento autônomo de **APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE** do Prefeito Municipal de Pureza/RN, João da Fonseca Moura Neto, em virtude do incontroverso **não**

<sup>3</sup> Art. 107. São **aplicáveis as multas**: (...) e II - de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos casos de: (...) e **não atendimento, no prazo fixado, a diligência ou outra determinação** do Tribunal, de que dependa a instrução do processo; f) **descumprimento de exigência legal** ou regulamentar ou de determinação do Tribunal, em caso não especificado nas alíneas anteriores.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**atendimento** à requisição que lhe foi direcionada *in casu* pelo Ministério Público de Contas, nos termos já explicitados no **Tópico I** deste petitório;

- b) Subsequentemente à efetivação da instrução preliminar sumária eventualmente cabível sob a ótica dos artigos art. 81, parágrafo único<sup>4</sup>, e 80, §§1º e 2º<sup>5</sup>, da Lei Complementar Estadual nº 464/2012, a **CITAÇÃO** do Prefeito Municipal de Pureza/RN, João da Fonseca Moura Neto, ao exercício do seu direito de defesa processual, nos termos do art. 37 da Lei Complementar Estadual nº 464/2012;
- c) Por fim, a **CONDENAÇÃO** do Prefeito Municipal de Pureza/RN, João da Fonseca Moura Neto, ao pagamento do **valor máximo** da **MULTA** prevista no art. 107, II, *e e f*, da Lei Complementar Estadual nº 464/2012, em conformidade com a derradeira atualização promovida por meio da **Portaria nº 024/2024 – GP/TCE**.

Natal/RN, 20 de maio de 2024.

**Thiago Martins Guterres**  
Procurador do Ministério Público de Contas

---

<sup>4</sup> Parágrafo único. Distribuída ao Relator, observar-se-á o procedimento das denúncias, exceto com relação ao sigilo da identidade do representante.

<sup>5</sup> § 1º Distribuída ao Relator, a denúncia é submetida, em caráter sigiloso, a uma instrução preliminar sumária, para verificação da existência de indícios suficientes de sua veracidade, somente podendo ser arquivada se, concluída essa instrução, nada resultar provado. § 2º Reconhecida, em despacho do Relator, a existência de indícios da irregularidade ou ilegalidade, a denúncia é tornada pública, observando-se, daí por diante, conforme couber, o procedimento das fiscalizações.